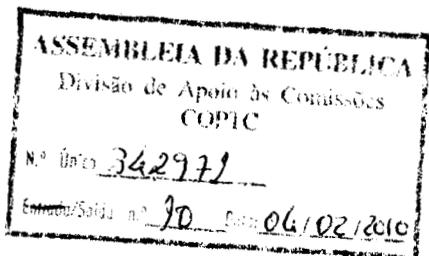




ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES



Exmo Senhor
Presidente da Comissão de Orçamento e
Finanças

Data: 2010-02-04

Senhor Presidente:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência o Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 9/XI/1ª – Orçamento do Estado para 2010, aprovado com os votos a favor do PS, abstenção do PSD, votos contra do BE e do PCP, e ausência do CDS-PP.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,


(José de Matos Correia)



COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer

Proposta de Lei n.º 9/XI/1ª - Orçamento do Estado para 2010 na parte respeitante ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Parte I Considerandos

1. Nota prévia

O presente Parecer da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e comunicações é emitido nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 205.º e alínea b), n.º 1 do artigo 206.º do Regimento da Assembleia da República, segundo o qual a Proposta de Lei do Orçamento do Estado é remetida *"à comissão parlamentar competente em razão da matéria, para elaboração de relatório, e às restantes comissões parlamentares permanentes, para efeitos de elaboração de parecer"*, *"no prazo de...15 dias, referente à proposta de lei do Orçamento do Estado"*.

Assim, compete a esta Comissão a elaboração de um parecer e caberá à Comissão competente em razão da matéria - a Comissão de Orçamento e Finanças - elaborar o relatório.

2. Apresentação global sumária

De acordo com o relatório que acompanha o Orçamento de Estado para 2010, *"A Actuação do MOPTC irá desenvolver-se ao longo de quatro eixos prioritários: (i) melhoria e reforço de infra-estruturas e equipamentos de transporte (rodoviários, ferroviários, aeroportuários, portuários e logística);*



(ii) promoção da competitividade e da concorrência do sector das comunicações (nomeadamente de serviços de telecomunicações, redes de nova geração e televisão digital terrestre); (iii) promoção do sector da construção e imobiliário; e (iv) desenvolvimento da política de transportes, visando genericamente a melhoria da governação do sector e a integração do País nas cadeias internacionais de transporte.”

O total da despesa consolidada do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) em 2009 ascende a 413,6 milhões de euros, o que corresponde a 0,7% da Administração Central e a cerca de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

O PIDDAC do MOPTC atinge o montante de 153,4 milhões de euros, correspondente a 5,41% do total geral do PIDDAC no Orçamento de Estado para 2010 (2.883 M€).

O sector dos transportes e comunicações totaliza uma verba de 321,8 milhões de euros, inscritos no capítulo 60 do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP) - Despesas Excepcionais. Este valor refere-se a subsídios e indemnizações compensatórias dos transportes rodoviários, ferroviários, marítimo-fluviais e aéreos dos sectores público-privados, bem como às comunicações.

3. Despesa Consolidada

Face à estimativa da despesa consolidada do Ministério em 2009, a despesa total prevista para o corrente ano regista um crescimento de 8,1%, apresentando o subsector Estado uma redução da ordem dos 1,2% enquanto o subsector Serviços e Fundos Autónomos acresce 14,3%.



Despesa Total Consolidada - MOPTC (Milhões de euros)

	2009 Estimativa	2010 Orçamento	Variação (%)	Estrutura 2010 (%)
ESTADO	183,5	181,4	-1,2	36,1
1. Funcionamento	41,4	37,6	-9,2	7,5
1.1. - Com cobertura em receitas gerais	33,2	37,6	13,3	7,5
1.2. - Com cobertura em receitas consignadas	8,2	-	-	-
2. Investimentos do Plano	142,1	143,8	1,2	28,6
2.1. - Financiamento nacional	137,8	135	-2	26,9
2.2. - Financiamento comunitário	4,3	8,8	104,4	1,7
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	280,7	320,8	14,3	63,9
Consolidação entre subsectores	81,6	88,6	-	-
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	382,6	413,6	8,1	-

Fonte: Relatório do Orçamento de Estado 2010

As despesas do Programa 014 - Obras Públicas, Transportes e Comunicações estão distribuídas por 15 medidas e 137 projectos.

Ao nível da medida, destaca-se a dotação prevista para “Transportes e comunicações - Administração e regulamentação” com 116 milhões de euros, neles estando incluídos, entre outros, 65,7 milhões de euros do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres e 12,4 milhões de euros do Instituto da Construção e do Imobiliário.

A medida “Transportes marítimos e fluviais” em que se prevê a realização de 81,9 milhões de euros, sendo 68,4 milhões de euros da responsabilidade do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, onde se integram projectos inscritos em PIDDAC cuja finalidade tem em vista a modernização das infra-estruturas portuárias.



3.1 Estado

No subsector Estado, a variação negativa de 1,2% é explicada fundamentalmente pelo facto do Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias passar a integrar o universo dos Serviços e Fundos Autónomos.

A despesa com maior peso na estrutura da despesa do subsector Estado do MOPTC está afectada a investimentos do Plano - Financiamento Nacional num total de 135 milhões de euros que agrega os investimentos associados aos diferentes tipos de transportes, bem como a infra-estruturas, sendo executados essencialmente pelos seguintes serviços:

- Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais - com 63 milhões de euros;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres - com 24 milhões de euros;
- Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos - com 36 milhões de euros.

3.2 Serviços e Fundos Autónomos

A despesa do Subsector dos Serviços e Fundos Autónomos reflecte um crescimento de 14,3%, face à estimativa de execução de 2009, sustentado pelo facto de se preverem crescimentos significativos em todos os serviços deste subsector, com excepção da ANACOM, e pela integração do Instituto das Infra-Estruturas Rodoviárias (anteriormente no Subsector Estado) e pelo início de actividade das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto.

Despesa dos SFA por fontes de financiamento (Milhões de euros)

	2009	Orçamento do Estado 2010						Variação %
	Estimativa	Receitas Gerais	Receitas Próprias	Financ. Comunitário	Trans. das AP	Outras fontes	Total	
LNEC	29,7	17,2	19	2,8	-	-	39	31,20%
IPTM	57,1	42,5	16,9	6,1	-	-	65,5,0	14,70%
INAC	39,7	-	44,4		-	-	44,4	11,80%
IMTT	62,8	24	65,1	0,7	-	-	89,8	42,90%
INCI	9,6	-	12,4	0	-	-	12,4	30,00%
ICP/ANACOM	81,8	-	57,5	0	-	-	57,5	-29,70%
IIER	-	-	7,4	-	-	-	7,4	-
AMTL	-	4	-	-	-	-	4	-
AMTP	-	0,9	-	-	-	-	0,9	-
TOTAL CONSOLIDADO	280,7	88,6	222,6	9,6	0	0	320,8	14,30%

Fonte: Relatório do Orçamento de Estado 2010

O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres evidencia um crescimento muito relevante, que ascende a 42,9%, justificado também pelo acréscimo dos valores afectos a projectos do PIDDAC, com mais 14,2 milhões de euros relativamente à estimativa de execução em 2009.

Relevo para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, com uma taxa de crescimento de 31,2%, devido, entre outros, à contratação de novos colaboradores, com destaque para a área de investigação para fazer face ao acréscimo de compromissos assumidos quer em consultoria quer na fiscalização da estrutura de barragens e outros trabalhos associados à área dos transportes ferroviários.

O Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos regista uma taxa de crescimento de 14,7%, mais 8,4 milhões de euros, com fundamento em

maiores montantes inscritos em PIDDAC dando continuidade à orientação de desenvolvimento do sistema portuário nacional.

Em sentido contrário surge a Autoridade Nacional de Comunicações apresentando uma variação negativa na ordem dos 29,7%, por não ser possível prever, nesta fase, com exactidão o valor da transferência para o Estado a efectuar em função dos resultados líquidos que vierem a ser apurados no exercício de 2009.

4. Subsídios e Indemnizações Compensatórias

Os subsídios e as indemnizações compensatórias a atribuir na área dos transportes e comunicações para o ano de 2010 ascendem ao montante de 321,8 milhões de euros, valor inscrito no capítulo 60 do MFAP - despesas excepcionais.

Subsídios e Indemnizações Compensatórias - Capítulo 60 MFAP (euros)

Sectores	OE 2010	Estrutura %
Transportes Rodoviários - Sector Público	83.795.079	26,04%
Transportes Rodoviários - Sector Privado	27.734.913	8,62%
Transportes Rodoviários - Municípios	914.263	0,28%
Transportes Ferroviários - Sector Público	137.324.920	42,67%
Transportes Ferroviários - Sector Privado	20.074.835	6,24%
Transportes Aereos - Sector Público	24.671.820	7,67%
Transportes Aereos - Sector Privado	2.696.243	0,84%
<i>Transportes Aereos - Subsídio Social Mobilidade</i>	<i>8.000.000</i>	<i>2,49%</i>
Transportes Marítimo e Fluviais - Sector Público	12.869.603	4,00%
<i>Comunicações</i>	<i>3.713.154</i>	<i>1,15%</i>
Total	321.794.830	100,00%

Fonte: Desenvolvimento das Despesas dos Serviços Integrados OE 2010 - MFAP



Os transportes ferroviários representam quase metade (48,91%) dos subsídios e indemnizações compensatórias, ascendendo a 157,4 milhões de euros.

Comparativamente ao ano anterior, as indemnizações compensatórias orçamentadas para os transportes rodoviários, ferroviários e aéreos dos sectores público e privado sobem 12,9%, ou seja, 35,4 milhões de euros.

Parte II

Opinião do relator

O relator do presente Parecer reserva, nesta sede, a sua posição sobre a proposta em apreço, a qual é, de resto, de “*elaboração facultativa*” conforme o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia da República.

Parte III

Conclusões

1. O total da despesa consolidada do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) em 2009 ascende a 413,6 milhões de euros, o que corresponde a 0,7% da Administração Central e a cerca de 0,2% do PIB.
2. O subsector Estado apresenta uma variação negativa de 2%, passando a representar 181,4 milhões de euros.
3. O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos do MOPTC reflecte uma variação positiva da despesa de 14,3%, passando a representar 320,8 milhões de euros.



COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

4. O PIDDAC do MOPTC apresenta um total de cerca 153,4 milhões de euros.
5. Os subsídios e as indemnizações compensatórias inscritas para 2010 nas áreas dos transportes e comunicações são de 321,8 milhões de euros.

Nestes termos, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações é de Parecer que a Proposta de Lei n.º 9/XI/1ª - Orçamento do Estado para 2010, na parte respeitante ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, está em condições de ser apreciada na generalidade pelo plenário da Assembleia da República.

Palácio de São Bento, 4 de Fevereiro de 2010

O Deputado Relator

João Paulo Correia

O Presidente da Comissão

José de Matos Correia